

**TEXTO DE REFLEXÃO SOBRE OS RESULTADOS DA 4ª CONFERÊNCIA  
ESTADUAL DAS CIDADES NO MATO GROSSO DO SUL  
ESPECIFICAMENTE DA PARTICIPAÇÃO DA AGB NO SEGMENTO  
ENTIDADES ACADÊMICA E PROFISSIONAIS**

**Prof. Luiz Carlos Batista<sup>1</sup>**

**Espaço e Poder**

As relações entre o poder e o espaço são posteriores à reflexão que precisaram a noção do alcance das relações econômicas. Ela surgiu dos trabalhos contemporâneos sobre a informação e a comunicação, não tem mais de 20 anos. Surgiu com a cibernética na década de 50 do século XX que deu origem a análise de sistemas possibilitando a criação de uma nova geografia política nos anos de 1960 definindo os traços marcantes de circuitos de informação que atuando em redes promoviam uma comunicação política onde através da atuação em redes promoviam a comunicação por trocas assimétricas constituindo novos fatos do poder.

“Poder alguma coisa é estar em condições de realizá-la. A análise do poder é, numa primeira acepção, a análise da gama das ações de quem sabe praticar para modificar o meio, explorá-lo e dele tirar o necessário a vida” CLAVAL: 11:1979

“Poder não é apenas estar em condições de realizar por si mesmo as coisas é também ser capaz de fazer com que sejam realizadas por outros. Ao império direto sobre o mundo acrescenta-se assim um império sobre os outros” CLAVAL: 11:1979

A diferença entre o Estado e a Cidade Estado é evidentemente geográfica ela resulta de suas dimensões desiguais e da preeminência da cidade no caso da Cidade Estado. “A geografia do Estado é a concentração de um poder de organização intermediária, implicando na presença de uma capital e de uma rede urbana que assegura o tratamento das informações” CLAVAL: 115:1979

“Na Cidade Estado o núcleo central é a cidade e quando o território engloba também uma área rural,desenhando o território de um município esta, é dominada, freqüentemente explorada e não tem direitos iguais ao espaço urbano.” CLAVAL: 115:1979

“Se todos têm direito de fazer ouvir a sua voz estamos na democracia. Se esse privilégio é reservado para uma parte da população, com freqüência as mais ricas estão numa oligarquia. Fala-se em plutocracia quando o dinheiro é o critério de seleção dos cidadãos atuantes. A vida econômica das cidades facilita o exercício do poder” CLAVAL 115:1979

As dimensões espaciais dos fatos do poder foram negligenciadas. A geografia política voltou-se prematuramente para a análise do Estado e não soube dissecar as engrenagens dos governos e sua articulação sobre a sociedade civil. A parte de influencia, autoridade e poder que existe na sociedade civil à margem das estruturas propriamente políticas foram esquecidos pela maioria dos sociólogos, e economistas e exagerada pelos

---

<sup>1</sup> Prof. Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul , Campus de Aquidauana, representa a AGB no Conselho Estadual das Cidades de MS, delegado representante da AGB na conferência estadual das cidades, indicado pela AGB nacional para a delegação da entidade na conferência nacional

marxistas que negaram a importância do Estado elemento da superestrutura, tratado com desprezo pouco altaneiro.

O problema do poder está correlacionado ao problema da influência ao acesso das ideias novas como também às formas de acesso à terra, ou dos meios de produção, controle da mão de obra, o domínio dos meios de comunicação de massa, isso proporciona meios de pressão que restringe ou amplia as possibilidades de escolhas oferecidas a outros.

Enquanto um grupo reduzido de pessoas ocupa um território suficiente para prover a todos ninguém é privado de usufruir dos bens disponíveis e essenciais à sobrevivência do homem, na medida em que a população aumenta e o território passa a ficar reduzido o exercício do poder se estabelece.

Com o aumento da população a religião cumpre o papel de equilibrar pela subordinação do homem ao mundo sobrenatural onde o poder é legitimado por elementos subjetivos exercendo sem dificuldade por vastos espaços aplicados sobre multidões sem nada perder de seu vigor.

“Quando se tem uma fé revolucionária, o bem está situado no futuro que buscamos realizar, o mal num passado cujo elo acabou de romper.” CLAVAL 220:1979

Segundo Claval não há solução perfeita num universo imperfeito, os homens continuam a sacrificar a organização da sociedade por considerar a busca de um ideal impossível, submetendo seu interesse na transformação social ao jogo de uma autoridade que se impõe e que sem a qual não há construção política viável.

Ou então no entendimento do sociólogo Florestan Fernandes: “Façamos à revolução na escola que o povo a fará nas ruas”, esse é o desafio que nos apresenta no momento, porque para nós que chegamos à Universidade atualmente temos que entender que fazemos parte de uma parcela privilegiada da sociedade brasileira tendo que devolver ao povo que recolhe seus impostos para nos manter no serviço público e gratuito, os resultados de nossa tarefa política de sermos educadores.

### **Entre a cidade e cidadania existe um grande vazio urbano**

Essa frase foi proferida por Edmar Cintra na abertura da 4ª Conferência Estadual das Cidades ocorrida entre 29 e 31 de março de 2010 em Campo Grande. A saudação do governador do Estado André Puccineli, na abertura do mesmo evento foi “Sejam bem vindos à capital do Estado de Mato Grosso do Sul”. Essas duas falas são emblemáticas a primeira expressa a distância que existe entre a cidade e o urbano, e a segunda expressa a importância maior que é dada às cidades capitais como é o caso de Campo Grande MS.

Veja que a denominação de capital não é aleatória, mas expressa o domínio de um modo de produção excludente e hierárquico como é o capitalismo, e a origem da palavra capitalismo vem da ideia da condição de que toda cidade capital é o centro do poder hegemônico da elite capitalista.

Mas o próprio governador na sua fala de abertura disse que: “A participação da sociedade é importante porque ninguém mais do que quem mora nos rincões conhece a cidade”, entretanto qual é a cidade do morador da periferia, reconhecemos que esse indivíduo que habita os bairros periféricos de uma cidade não usufrui dos bens que ele mesmo produz como trabalhador. Ele

constrói os edifícios como pedreiro e mora na favela, produzem os automóveis, a energia, os meios de comunicação, mas sobrevive se acesso a esses bens.

O que esta em questão é o desenvolvimento, no caso do Mato Grosso do Sul o que é este rumo ao desenvolvimento, é para o governo apenas condições para crescer com a indução do Estado, visando uma melhor qualidade de vida, só faltou detalhar quem usufrui dessa melhor qualidade vida. Porque crescer sem dividir vai com certeza beneficiar uma pequena parcela que é privilegiada por esse crescimento. Realmente o Mato Grosso do Sul esta crescendo, mas a população esta concentrando nos grandes centros urbanos, pois o Estado possui uma população de 2.285.000 habitantes com a maioria de cidades com uma população de até 20.000 habitantes, e a distribuição da economia se dá com a concentração de 67% no setor terciário de serviços, 20% no setor primário agropecuário e 13% no setor secundário industrial. O fato do setor de serviços estar em destaque indica que nos próximos 5 anos o Mato Grosso do Sul será o centro distribuidor de cargas das Américas, constituindo-se num estado estratégico para a economia brasileira e sul americana.

O crescimento do setor industrial que desponta no desenvolvimento do Estado esta vinculado ao setor primário, principalmente ao Agronegócios mantendo o perfil do domínio da pecuária no Estado que projeta ocupar o interior do Estado com tecnologia para ampliar a produção de gado de 3 cabeças por hectare, para 7 cabeças por hectare, integrando parte significativa do território sulmatogrossense a esse processo de crescimento, ficando uma outra parte reservada ao crescimento do setor sulcroalcoleiro que tem planejamento para produzir em 1 milhão de hectares de terras do Estado.

Nesse rumo, o Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado soube reunir todas as informações planimétricas, pluviométricas, pedológicas, identificando as zonas de depressões, zonas de monções num trabalho de 18 meses realizado por técnicos e cientistas de várias áreas do conhecimento que mapearam 10 zonas potencialmente identificadas para promover o zoneamento ecológico e econômico do Mato Grosso do Sul, sendo assim constituídas: 1ª Zona do Alto Taquari; 2ª Zona do Chaco, 3ª Zona da depressão de Miranda; 4ª Zona de Iguatemi, 5ª Zona das Monções, 6ª Zona da Planície Pantaneira, 7ª Zona de Proteção da Planície Pantaneira; 8ª Zona Sucuriu-Apodi; 9ª Zona da Serra de Bodoquena; 10ª Zona da Serra de Maracaju.

Outra observação que deve ser levada em conta dentro da reflexão do título desse item é que entre a cidade e a cidadania existe um grande vazio urbano e um vácuo que separa o mundo rural do mundo urbano.

O que existe concretamente é a presença de um território da cidade onde vivem os cidadãos e um território do campo onde vivem os camponeses. O urbano e o rural constituem espaços a ser disputados pela sociedade organizada de forma distinta em duas classes sociais qual seja a dos cidadãos habitantes das cidades e dos camponeses habitantes do campo.

### **A importância do Sistema de Informações Geográficas (SIG)**

Foi levantada na plenária da 4ª conferência a importância do arsenal técnico disponibilizado pela Geografia para o Planejamento Territorial, mas eu vou além essa ferramenta não é tão relevante se observada apenas do ponto de vista técnico, mas tem que ter também o caráter político e pedagógico. O

SIG é um instrumento da ciência geográfica que é utilizada por várias áreas do conhecimento. Por isso essa é uma reflexão apontando a importância da conexão da técnica com o saber e o conhecimento científico, nesse sentido destacamos a importância da ferramenta SIG/MS (Sistema de Informações Geográficas para o Mato Grosso do Sul).

Vejam os como a Geografia no Mato Grosso do Sul situa-se nesse quadro. Os geógrafos do MS estão confinados num Conselho de credenciamento profissional onde é dominado por engenheiro e arquitetos, no caso das políticas para o desenvolvimento das cidades a hegemonia é dos arquitetos e urbanistas, que tem os olhos voltados exclusivamente para as cidades prioritariamente as cidades capitais.

Basta para isso fazer a leitura da composição das entidades que constituem a formação do Conselho Estadual das Cidades eleitos na 4ª Conferência Estadual das cidades. Na leitura da legislação sobre a composição das entidades que fazem parte do Conselho nesse segmento ficou entendido que as Universidades são classificadas com entidades. O que aconteceu com essa interpretação na eleição ocorrida no dia 31 de março de 2010 para que esse segmento elege as entidades. Temos a representação de 2 Universidades Privadas como titulares e duas entidades de importância para a democratização a partir da participação popular como suplentes; 1º Titular eleita UNIGRAN; 2ª Titular eleita UNIDERP, 1º Suplente eleito: IAB, 2º Suplente eleito: IEMS.

O entendimento que tenho como correto é que as Universidades são instituições de ensino superior representando no caso das privadas o segmento empresarial e no caso das públicas o poder público estadual ou federal dependendo da esfera de poder que elas estejam situadas. Entidades são representações da sociedade civil como o IAB, o IEMS, a AGB, a OAB, se quisermos contemplar a categoria dos estudantes podemos acrescentar os centros acadêmicos dos estudantes de engenharia, arquitetura e Geografia e demais áreas do conhecimento vinculadas ao estudos da cidade de urbana ou do território.

Ocorre que os profissionais que representam essas universidades são em sua maioria profissionais da Engenharia e da Arquitetura que dizem ser representantes dos cursos de formação dos engenheiros e arquitetos. A AGB no MS esteve atenta ao projeto de lei do Estado para constituir a lei de assistência técnica que contempla apenas engenheiros e arquitetos no seu texto. Manifestamos-nos no sentido de incluir os geógrafos, por se tratar de atribuição desse profissional tema como regularização fundiária, por exemplo, mas a arquiteta que foi escolhida para ser a relatora sobre a inclusão do geógrafo na referida lei ao invés de acatar a proposição da AGB, propôs reduzir de regularização fundiária para regularização edilícia, prejudicando ainda mais a atuação dos geógrafos como profissionais na Reforma Urbana. Na 4ª Conferência Estadual das cidades do Mato Grosso do Sul os delegados pelas duas Universidades que assumiram as vagas no Conselho das cidades são uma arquiteta pela UNIGRAN e um engenheiro pela UNIDERP, mas o suplente do IAB, e outro suplente do IEMS têm no conselho das cidades a representação de duas categorias profissionais apenas (engenheiros e arquitetos), num segmento onde estavam presentes geógrafos, assistentes sociais, agrônomos, professores.

Entendo que não cabe classificar como representantes de entidades os coordenadores de cursos universitários, ou seus congêneres, mas sim entidades devidamente constituídas pelo esforço dos acadêmicos de profissionais que atuam diretamente no processo de formação política de sua categoria acadêmica ou profissional, por ser um segmento de entidades acadêmicas, profissionais e de pesquisa.

Esse é apenas um texto de um geógrafo que teve a oportunidade de participar da gestão 2007-2009, como conselheiro suplente pela Associação dos Geógrafos Brasileiros que se mantém coerente com a condição de aproximação da cidade com a cidadania para diminuir o vazio urbano entre a cidade e a cidadania e o vácuo que existe entre a cidade e o campo.

Proponho finalmente que o diálogo entre o campo e a cidade deve ser aprofundado para o entendimento que os sem terras, quilombolas, índios, artesões, pescadores, garimpeiros devem ser reconhecidos como entes políticos importantes na construção da cidadania ou a cidadania é mais uma falácia do capitalismo que precisa ser destruída por um processo revolucionário de transformação social.

#### **Bibliografia**

**CLAVAL**, Paul: Espaço e Poder, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979